



## RETROSPECTIVA

# 2002

### MPDFT 2002/2003 – Realizações e Perspectivas

Um dos destaques é o ônibus da Procidadã, que irá reproduzir a estrutura dos gabinetes com salas de espera e de audiências e os equipamentos necessários ao atendimento ao cidadão. Será mais conforto para o atendimento itinerante ao cidadão.

Páginas 4, 5 e 6

### Nesta Edição

#### Concurso para Promotor de Justiça Adjunto em fase final



Página 3

#### Projeto Memória preserva história da Instituição

O Projeto tem o propósito de reunir, ordenar e inventariar a documentação de cunho histórico do MPDFT, desde a sua criação.

Página 8

#### MPDFT investiga parcelamento irregular de terras no DF

Comissão Especial criada pelo Procurador-Geral de Justiça para apurar os fatos relativos ao parcelamento irregular de terras no DF tem espaço reservado no Boletim do MPDFT.

Página 8

#### 2003 - Ano de desafios e otimismo

2003 é um ano de novos desafios para a sociedade brasileira, que busca, cada vez mais, participar ativamente de seu destino. O Ministério Público tem como seu grande desafio defender eficazmente o regime democrático, visando a sua maior consolidação e estabilidade.

Página 2



## 2003 – ANO DE DESAFIOS E OTIMISMO

*O ano de 2003 é um ano de novos desafios para a sociedade brasileira, que busca, cada vez mais, participar ativamente de seu destino. Quer ser protagonista da sua história, assumindo ser sujeito ativo de novas políticas públicas, em uma verdadeira parceria com o governo que acaba de escolher. Esperança e responsabilidade guiam esta sociedade rejuvenescida que agora age para concretizar os seus sonhos.*

*Por tudo isso, esse ano se mostra especialmente emblemático para o Ministério Público, que tem como seu grande desafio, nesse contexto, defender eficazmente o regime democrático, visando a sua maior consolidação e estabilidade. É preciso ênfase nessa função em especial, haja vista os anseios da sociedade de concretização e realização de uma verdadeira democracia participativa.*

*A aproximação com a coletividade, colaborando para o fortalecimento de sua participação consciente na vida política do país e, portanto, para o exercício efetivo de cidadania, pressuposto número um da democracia, torna-se uma relevante atribuição do Ministério Público desse novo tempo.*

*O MPDFT tem tudo para bem enfrentar esse desafio. Tem, primeiramente, consciência da importância de seu papel social e, mais que isso, tem na sociedade a sua motivação. A atuação dos membros do MPDFT orientada para a comunidade revela a natural vocação da instituição para cumprir com todas as suas missões constitucionais e legais. E assim alcançar, cada vez mais, os seus objetivos como guardião da sociedade do Distrito Federal.*

*José Eduardo Sabo Paes  
Procurador-Geral de Justiça*

## MPDFT debate crime econômico em conferência mundial

A **V Conferência Mundial** realizada recentemente em Mônaco, sob a promoção da *fundação suíça Crans Montana*, presidida pelo professor Jean-Paul Carteron, em colaboração com as Nações Unidas e o Conselho da Europa, teve como tema "**Os Governos e o Setor Privado em Face do Crime Econômico**".

O evento discutiu matérias como a 'lavagem de dinheiro', crime organizado, terrorismo e a participação do Estado e do setor privado. Reuniu empresários e autoridades governamentais de 38 países, que trocaram experiência sobre as medidas para o combate ao crime econômico. A Procuradora de Justiça Arinda Fernandes representou o MPDFT e

proferiu palestra sobre as "As Políticas Governamentais e a Nova Conjuntura Mundial: um Desafio para os Estados". Discursaram no mesmo dia o Presidente da Bulgária e o Ministro do Interior da Iugoslávia.

De acordo com a Procuradora, encontra-se em estudo um convênio a ser firmado entre o MPDFT e o Instituto de Luta Contra a Criminalidade Econômica da Haute École de Gestion de Neuchâtel, da

Suíça, cuja diretora, professora Isabelle Augsburger, já oficiou ao MPDFT ratificando



*A Procuradora de Justiça Arinda Fernandes (centro, 1º plano) e representantes de vários países, palestrantes da V Conferência Mundial*

o propósito de estabelecer a parceria.

**Boletim do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios** é uma publicação bimensal editada pela Assessoria de Comunicação Social do MPDFT - Eixo Monumental - Praça do Buriti- lote 2 – Edifício-Sede – Brasília – DF – CEP: 70.091-900. Telefones: (61) 343-9604/ 343-9601 / 343-9690. Fax.: (61) 343-9754 – <http://www.mpdft.gov.br>.

**Procurador-Geral de Justiça:**

José Eduardo Sabo Paes

**Vice Procurador-Geral de Justiça:**

Eduardo Albuquerque

**Corregedor-Geral:**

Amarílio Tadeu Freesz de Almeida

**Chefe de Gabinete:**

Trajano Sousa de Melo

**Diretor-Geral:**

Antônio Marcos Dezan

**Redação, Diagramação e Fotografia:**

Assessoria de Comunicação Social e

**Assessoria Parlamentar**

**Tiragem:**

2.500 exemplares

**Impressão:**

Primícia Gráfica e Editora Ltda.



## Última fase do 25º Concurso para Promotor de Justiça Adjunto do MPDFT

O 25º concurso para Promotor de Justiça Adjunto do MPDFT encontra-se na terceira fase, com a realização da prova oral entre os dias 11 e 16 de março. Para esta etapa foram aprovados 62 candidatos, dos 2.082 inscritos inicialmente para concorrerem a 20 vagas, mais as que vagarem no prazo de validade do concurso.

A primeira fase do Concurso para Promotor de Justiça constou de prova objetiva escrita, em outubro de 2002, selecionando-se 132 candidatos, que, nos dias 23 a 25 de novembro, se submeteram a prova discursiva.

No concurso anterior para Promotor de Jus-

tiça do MPDFT concluído em junho de 2002, com 2.458 inscritos, foram aprovados 35 candidatos.

Segundo a Procuradora de Justiça Maria de Lourdes Abreu, Secretária-Geral da Comissão de Concursos do MPDFT, as seleções realizadas pela Instituição têm alcançado plenamente os seus objetivos, graças à experiência adquirida e ao entrosamento de toda a banca e da comissão de organização. “Os candidatos sentem-se seguros em prestar provas perante o MPDFT devido à transparência e à seriedade com que o processo seletivo é realizado”, afirma a Procuradora.



A Secretária-Geral da Comissão de Concursos, Procuradora de Justiça Maria de Lourdes Abreu, ladeada pelas Procuradoras de Justiça Suzana Toledo Barros e Ruth Kicis Pereira e pelo Procurador-Geral de Justiça do DF, Eduardo Sabo Paes

## V Congresso Interno do MPDFT discute transformações sociais



Compondo a mesa, da esquerda para a direita: o Subprocurador-Geral da República, Claudio Lemos Fonteles; o Presidente da AMPDFT, Promotor de Justiça Leonardo Azeredo Bandarra; o Procurador-Geral de Justiça, José Eduardo Sabo Paes; a Presidente da Comissão Organizadora do Evento, Procuradora de Justiça Lélia Cerqueira; o Diretor da FESMPDFT, Promotor de Justiça José Pimentel Neto; o Desembargador e Vice-Presidente do TJDF, Otávio Augusto Barbosa, e o palestrante José Carlos Blat, Promotor de Justiça do Estado de São Paulo

O V Congresso Interno do MPDFT reuniu 68 Membros na cidade de Araxá (MG), tendo como tema “O Ministério Público: Agente de Transformações Sociais”. No encontro, foram apresentadas 20 teses, as quais, além de observar os critérios de pertinência com o tema do Congresso, promoveram a discussão de assuntos não pacificados pela doutrina e/ou jurisprudência.

O evento, presidido pelo Procurador-Geral de Justiça, José Eduardo Sabo Paes, teve a presença do Promotor de Justiça do Estado de São Paulo José Carlos Blat, que proferiu palestra sobre “Aspectos de Investigação Criminal no Combate às Organizações Criminosas”, e do Subprocurador-Geral da República Claudio Lemos Fonteles que falou sobre “O Ministério Público – Agente de Transformação do Estado: Aspectos Penais”.

Para o Presidente da Associação dos Membros do MPDFT, Promotor de Justiça Leonardo Azeredo Bandarra, o congresso superou as expectativas em todos os sentidos: “Em termos de organização, não houve nenhum reparo e as teses apresentadas foram de excelente nível, demonstrando profundo conhecimento jurídico”.

A Procuradora de Justiça Lélia Maria Duarte de Cerqueira, presidente da comissão organizadora do evento, demonstrou sua satisfação pelo grande sucesso, que considerou fruto do empenho e da dedicação de todos para realizar um evento de qualidade.

O V Congresso Interno foi realizado em conjunto com a Fundação Escola Superior do MPDFT e a Associação dos Membros, tendo o apoio da Escola Superior do Ministério Público da União.

## MPDFT e Comunidade Solidária debatem o Terceiro Setor

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e o Programa Comunidade Solidária, da Presidência da República, realizaram em novembro o seminário “A relação do Ministério Público e o Terceiro Setor na Busca da Transformação Social”.

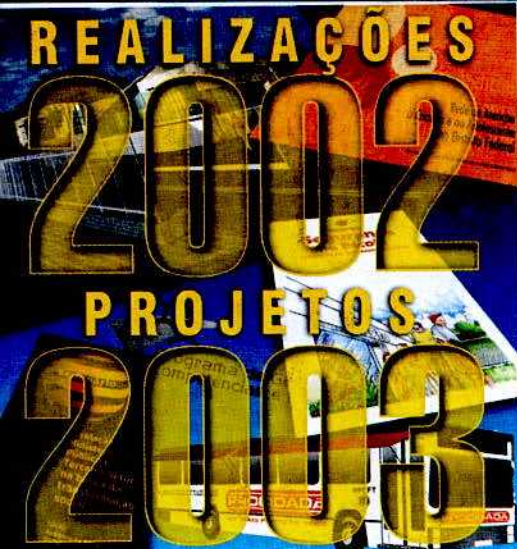
Foram proferidas palestras sobre os temas *Terceiro Setor: Conceituação e Classificação*, *O Novo Papel do Ministério Público Face às Fundações*, *Acompanhamento das Entidades de Interesse Social pelo Ministério Público e Padronização dos Mecanismos de Acompanhamento das Entidades do Terceiro Setor*. Integrantes de várias entidades prestigiaram o evento.

## Em estudo Promotoria de Defesa da Mulher

A Procuradoria-Geral do MPDFT instituiu, por meio da Portaria 1429, Comissão de Estudos para a implantação de Promotoria de Justiça de Defesa da Mulher.

Formada pelos Promotores de Justiça Anderson Pereira de Andrade, Wilson Issao Koressawa, Paulo Roberto Binicheski e Nino Franco, e pelas Promotoras de Justiça Adjuntas Juliana Ferraz Santilli, Andréa de Carvalho Chaves e Lais Cerqueira Silva Mendes, a comissão já definiu que a defesa da mulher pelo MPDFT não ficará restrita ao âmbito criminal. A base do trabalho serão informações colhidas junto aos Ministérios Públicos estaduais, agregando a experiência e as formas de atuação para eventual implantação no MPDFT de Promotoria especializada.





## Execução Orçamentária

Além de trabalhar com um orçamento 23,6% superior ao do ano anterior, o MPDFT alcançou em 2002 o inédito índice de execução orçamentária de 99,91%, observando fielmente os princípios para a devida aplicação dos recursos públicos.

A qualidade da administração orçamentária teve reconhecimento na decisão do Tribunal de Contas da União, que, em sessão realizada em janeiro de 2003, atestou o caráter de observância do Ministério Público aos prazos para remessa dos relatórios de Gestão Fiscal e também dos limites de gastos com pessoal, ambos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

## Segurança no MPDFT

Para garantir a segurança dos Membros e Servidores, o MPDFT ampliou o controle no acesso ao Edifício-Sede, com instalação de portais eletrônicos detetores de metal, rastreador e detector de escuta clandestina, aquisição de sistema de rádio-comunicação fixo e móvel e instalação de sistema de circuito fechado de TV em todos os andares do Edifício-Sede de Brasília, com previsão para março de 2003. Está previsto, ainda, controle de acesso de pessoas no Edifício-Sede por biometria. Esses são itens importantes aos quais o MPDFT vem dedicando maior atenção.

## Entrevistas semanais

O MPDFT firmou parceria com a Radiobrás para a realização de entrevistas semanais no Programa de TV "Entrevista Brasília", transmitido pela TV Nacional, canal 2, às segundas-feiras, às 12h45, e com inserções pela NBR-NET - canal 13. O MPDFT também obteve espaço para entrevistas ao vivo no programa de rádio "Tarde Nacional", às quartas-feiras, às 16h10, veiculado pela Rádio Nacional AM-980 Mhz.

## Expansão

- A criação de 24 novas Promotorias de Justiça foi fundamental para a ampliação da atuação do Ministério Público em todo o Distrito Federal, sobretudo nas regiões administrativas de Planaltina, Samambaia, Santa Maria e Brasília.
- A partir da conquista da Lei nº 10.293, de 2001, tem sido possível aumentar o número de Membros com a realização do 24º Concurso para Promotor de Justiça Adjunto, que resultou no ingresso de 32 aprovados, e do 25º concurso, em fase final.
- A Procuradoria-Geral vem realizando gestões junto aos Líderes Partidários na Câmara dos Deputados quanto à necessidade de aprovação do Projeto de Lei nº 6027/2001 que prevê a criação de cargos efetivos na carreira de apoio administrativo do MPDFT e Funções Comissionadas. O MPDFT obteve dos Líderes o compromisso de aprovar a urgência para a votação da matéria, tão logo haja condições de inclusão na pauta da Câmara dos Deputados, o que significará um grande passo para atender à antiga demanda por aumento do quadro de servidores.
- A alternativa da Administração tem sido a contratação de estagiários, cujo contingente aumentou em 53% ao longo de 2002.
- A atuação no Congresso Nacional garantiu a aprovação da Lei nº 10.477/02, que dispõe sobre a remuneração dos Membros, e da Lei nº 10.473/02, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores, tendo o MPDFT adotado as providências necessárias para a imediata implantação dos respectivos direitos.
- O MPDFT proporcionou a Membros e Servidores alternativas de cursos de especialização nas diversas áreas, inclusive mediante cursos de pós-graduação a 34 Membros e 22 Servidores.
- O Programa de Competências e Habilidades realizou inúmeras ações voltadas para a valorização dos Servidores. O MPDFT trouxe palestrantes de prestígio como Rogério Caldas, Steven Dubner, Zildo Eleodoro, Nuno Cobra, Frei Vicente e Roberto Shinyashiki tratando de temas relevantes na área motivacional. Diante do grande interesse despertado, iniciou em fevereiro o Ciclo de Palestras/2003, com a presença de Waldez Ludwig, reconhecido pelas pesquisas de vanguarda em cenários e tendências da gestão das organizações, criatividade e inovação.
- A ampliação do Programa de Voluntariado constituiu-se em outra ação significativa de maior aproximação da Instituição com a sociedade, uma vez que ela oferece aos cidadãos do Distrito Federal oportunidades de participar de iniciativas promovidas pelo MPDFT.



## 2002

- Continuidade da construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude.
- Início da construção do Edifício-Sede da Promotoria do Gama
- Reformas nas instalações das Promotorias de Justiça de Sobradinho, Brazlândia e Samambaia.

## 2003

- Continuidade da construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude.
- Elaboração dos projetos da 2ª etapa do Edifício-Sede.
- Projeto e início das obras para a construção do Edifício da Promotoria de Planaltina, com previsão de início em junho de 2003.
- Elaboração de projeto para a construção da Promotoria de Justiça de Samambaia.
- Continuidade das obras de construção do Edifício da Promotoria do Gama.



## Ônibus da Procidadã



Estão praticamente definidas todas as condições para que o ônibus do projeto **Ministério Público Mais Perto de Você** chegue às ruas do Distrito Federal, o que deverá ocorrer até o mês de maio. O Diretor-Geral do MPDFT, Promotor de Justiça Antônio Marcos Dezan, a Promotora de Justiça da Procidadã Marilda dos Reis Fontinele, e o Chefe do Departamento de Apoio Administrativo, Marco César Giraldes, acertaram os últimos detalhes do contrato de fornecimento e instalação da carroceria, assistência técnica e manutenção do ônibus. Os custos de aquisição, adaptação e manutenção do veículo serão pagos em parceria firmada entre o MPDFT e a Fundação Banco do Brasil.

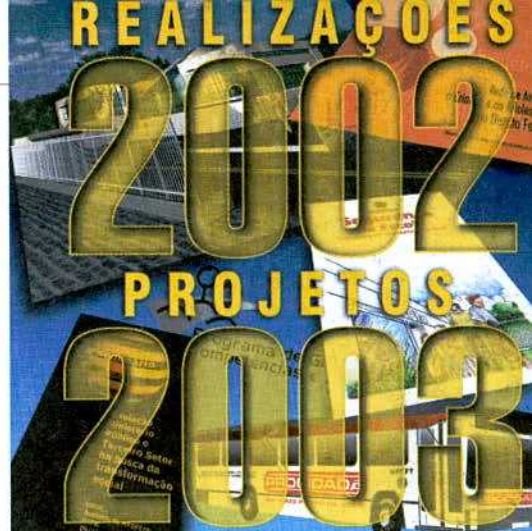
O projeto de adaptação do ônibus, desen-

volvido por servidores do MPDFT, tendo a cooperação técnica do Departamento de Modernização Administrativa, reproduz a estrutura dos gabinetes, com salas de espera e de audiência e os equipamentos necessários ao atendimento ao cidadão.

O **Ministério Público Mais Perto de Você** atenderá moradores das diversas cidades do Distrito Federal, buscando solucionar questões de indenizações, cobranças, prejuízos decorrentes de acidentes de trânsito, pensão alimentícia, reconhecimento de paternidade, conflitos familiares e outras.



A Promotora de Justiça da Procidadã Marilda dos Reis Fontinele; o Diretor-Geral do MPDFT, Promotor de Justiça Antônio Marcos Dezan, e o Chefe do Departamento de Apoio Administrativo, Marco César Giraldes



## Um novo modelo de Justiça Criminal: maior respeito à vítima no processo penal

*"A Justiça Restaurativa, que lança um novo olhar sobre o crime, para encará-lo como uma violação nas relações do infrator com a vítima e a comunidade, transcendendo a visão clássica - um ato típico e antijurídico contra a sociedade representada pelo Estado - é um novo modelo de justiça criminal proposto como complementar ao modelo tradicional da Justiça Retributiva" - Renato Sócrates.*

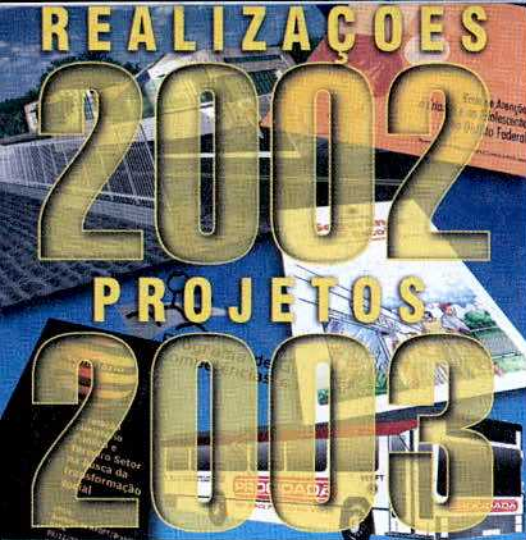


O novo paradigma foi objeto de teses do Procurador de Justiça Renato Sócrates, aprovadas no Congresso de Araxá e no Congresso do Nordeste (foto).



O **Coral do MPDFT** despertou a emoção de todos em apresentação na festa de confraternização natalina. Com mais de 50 integrantes, entre Membros, Servidores, Estagiários, Voluntários, Prestadores de Serviço e Convidados, o Coral é mais uma demonstração de integração do MPDFT no ambiente de trabalho e no seu relacionamento com a sociedade.





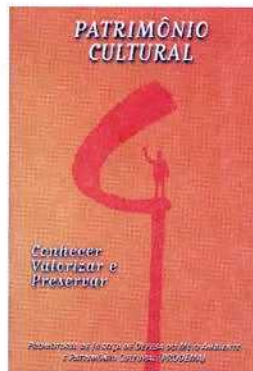
## Divulgação institucional

Em 2003 foram elaborados vídeos e cartilhas com o objetivo de divulgar as atribuições e prerrogativas do MPDFT e para esclarecer como o cidadão pode recorrer à Instituição visando garantir seus direitos dispostos na Constituição Federal. Os vídeos realizados tratam de "Reposição de Aulas nas Escolas Públicas", "MP Social e Comunidade em Defesa da Cidadania", "Justiça Terapêutica" e "Abordagens Modernas sobre a Justiça".

A seguir, as capas de algumas cartilhas - fruto do trabalho de Promotorias Especializadas do MPDFT:



*Cartilha da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e Juventude*



*Cartilha da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural*



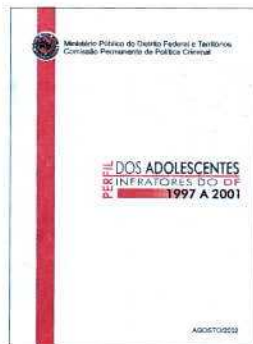
*Cartilha da Promotoria de Justiça de Defesa do Idoso e do Portador de Deficiência*



*Cartilha da Promotoria de Justiça de Acidentes do Trabalho*



*Cartilha da Comissão de Segurança Escolar*



*Relatório "Perfil dos Adolescentes Infratores no DF"*



*Cartilha da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e Juventude*



*Cartilha Institucional do MPDFT*



*Cartilhas da Promotoria de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social (reedição atualizada)*



## MP SOCIAL

### MPDFT e Comunidade em Defesa da Cidadania

Lançado em novembro, o "MP Social" marcou o início de um programa de ações que integra projetos já em execução ou a serem implementados, com o objetivo de aproximar a Instituição da comunidade.



São exemplos de programas que já vêm sendo realizados e que, a partir da implantação do "MP Social", serão ampliados e ganharão maior suporte administrativo:

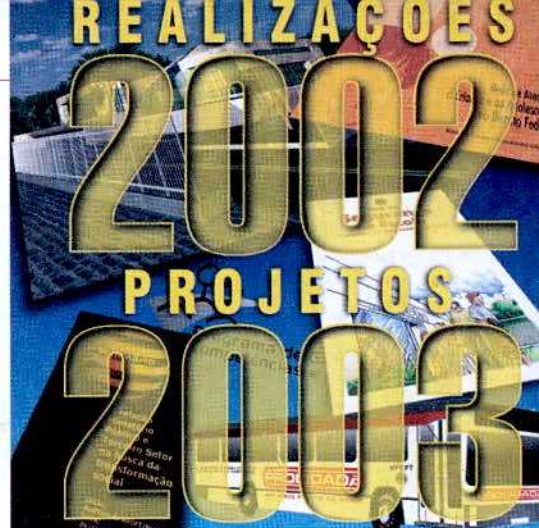
- "MPDFT Mais Perto de Você", desenvolvido pela Promotoria de Defesa da Comunidade;
- Central de Penas Alternativas;
- Núcleo Regional de Informação sobre Deficiência - Nurin e o projeto "Pai Legal nas Escolas", ambos coordenados pela Promotoria de Justiça de Defesa da Filiação.
- "Justiça e Cidadania Também se Aprendem na Escola"

Com o programa "MP Social" foi lançada a **Cartilha Institucional do MPDFT - O Guia do Cidadão**, tendo o objetivo de esclarecer a população sobre como recorrer à Instituição e às Promotorias de Justiça. Na cartilha, o cidadão

encontra informações sobre o funcionamento do MPDFT, seus integrantes, modelo de denúncia e representação, atribuições de cada Promotoria de Justiça, telefones de acesso e endereços eletrônicos.

Outra ação implementada com o programa é o vídeo "**MP Social e Comunidade em Defesa da Cidadania**", o primeiro de uma série de documentários sobre a atuação da Instituição junto às comunidades locais. Através da veiculação do vídeo em emissoras de TV com programação local e por assinatura, o MPDFT pretende alcançar segmentos da sociedade que ainda não conheceram o trabalho da Instituição, assim como outros cidadãos.

Para o ano de 2003, outras ações serão implementadas, contando principalmente com a iniciativa dos membros do MPDFT.



### Prodecon obtém vitória em ações contra bancos

As Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor obtiveram três sentenças definitivas favoráveis aos consumidores que adquiriram seus veículos em operação com o Bozano Simonsen Leasing S.A - Arrendamento Mercantil, o Santander Noroeste Leasing S.A - Arrendamento Mercantil e a Mercedes Benz Leasing Arrendamento Mercantil S.A.

As ações civis públicas foram ajuizadas contra as instituições financeiras que celebraram contratos de arrendamento mercantil, mais conhecidos como *leasing*, em que as prestações eram reajustadas de acordo com a variação cambial. O objeto principal das ações foi tornar nula a cláusula que fixava o reajuste das prestações em dólar norte-americano e, em consequência, determinar que os bancos emitissem novos boletos bancários para o pagamento das prestações corrigidas pelo INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Como consequência dessa ação, os consumidores que assinaram contratos de arrendamento mercantil com as mencionadas instituições puderam ter emitida em seu favor a carta de quitação do veículo objeto do referido contrato. Quem ainda não concluiu o pagamento das parcelas adquiriu o direito de obter novos boletos bancários com as prestações recalculadas com base no INPC. Outras ações civis públicas continuam em andamento contra diversos outros bancos.

As sentenças foram proferidas na Ação Civil Pública nº 1999.01.1.006200-4, que tramitou na 9ª Vara Cível do DF, cujo réu foi Bozano Simonsen; na Ação Civil Pública nº 1999.01.1.006694-7, contra Santander Noroeste, que tramitou na 16ª Vara Cível do DF; e na Ação Civil Pública nº 1999.01.1.014672-3 contra a Mercedes Benz Leasing, que tramitou na 3ª Vara Cível do DF.



## MPDFT no combate ao parcelamento irregular de terras

O Procurador-Geral de Justiça, José Eduardo Sabo Paes, preocupado com a questão da grilagem de terras públicas no Distrito Federal, instituiu Comissão Especial pela Portaria/PGJ nº 1.145, de 6 de setembro de 2002, para apurar e fiscalizar fatos relativos ao parcelamento ilegal de terras no DF. Nesta edição, o Boletim do MPDFT reserva o espaço sob o título "Defesa das terras do DF", para divulgar as ações implementadas pelos integrantes da comissão no acompanhamento e fiscalização dos parcelamentos irregulares.

### Defesa das terras do DF

A Promotoria de Defesa da Ordem Urbanística-PROURB, encarregada de zelar pela ordem urbanística do Distrito Federal, há muito se dedica à questão do parcelamento ilegal do solo, popularmente conhecido como *condomínios irregulares*.

Devido à carência de moradia e à especulação imobiliária, proliferaram em todo o DF parcelamentos ilegais de solo, muitos em áreas públicas, visando a atender a classe média da população.

Vários artifícios ilegais foram utilizados por "empreendedores", que assim iludiam consumidores de boa-fé, adquirentes de lotes para moradia por valores bastante acessíveis. É preciso abrir-se um parêntese para dizer que, pelo menos após a CPI da Grilagem instaurada na Câmara Legislativa, em 1995, os adquirentes tiveram informações públicas dos problemas legais que cercam aquelas áreas, em face da ampla divulgação já naquela época sobre a ocupação clandestina em áreas públicas.

A Administração Pública falhou na tarefa de fiscalizar e coibir a instalação de loteamentos que não obedeceram às etapas previstas na Lei Federal nº 6.766/79. Algumas tentativas para se regularizar esses loteamentos foram envidadas pelo Poder Público, mas nenhuma conseguiu resolver a situação que, em muitos locais, se encontra consolidada de fato.

É necessário que a Administração solucione definitivamente a questão de modo eficiente, chamando para si a responsabilidade da regularização dessas áreas ocupadas, retirando das mãos de particulares esse ônus, implementando de fato setores habitacionais que incorporem esses loteamentos, extingui-

do assim processos de regularização de *condomínios* individualmente considerados até o momento.

Outro caminho não pode adotar a Administração Pública senão a licitação dos lotes inseridos em área pública, por expressa determinação legal e constitucional. Isto após, é claro, ultrapassadas as etapas previstas na Lei nº. 6.766/79, tais como: fixação das diretrizes do uso do solo, do traçado dos lotes, do sistema viário, dos espaços públicos, das áreas reservadas para equipamentos públicos; elaboração do estudo e do projeto urbanístico, e seu respectivo estudo de *impacto ambiental*; elaboração do memorial descritivo do loteamento, submetendo-o a registro imobiliário.

É preciso esclarecer ao ocupante de lote em *condomínios* inseridos em área pública que a regularização da situação de fato passa necessariamente pela licitação do lote ocupado, com o pagamento de preço justo devidamente avaliado pelo mercado imobiliário.

A Administração Pública precisa assumir definitivamente o controle da situação, regularizando-se o que já existe, quando possível (ambientalmente viável), coibindo rigorosamente o surgimento de novos loteamentos clandestinos. Os cidadãos podem e devem contribuir para a preservação da qualidade de vida no DF, abstendo-se de adquirir lotes nos chamados *condomínios irregulares*. A PROURB continua atenta e preocupada com o crescimento desordenado no Distrito Federal e acredita que, se a Administração Pública cumprir o seu papel, a médio prazo os loteamentos clandestinos podem ser definitivamente regularizados, preservando-se assim o planejamento urbano do DF.

## Criado o Projeto Memória do MPDFT



Membros da Instituição em cerimônia de instalação do Projeto Memória do MPDFT

O Procurador-Geral de Justiça, José Eduardo Sabo Paes, instituiu o Projeto Memória do MPDFT, com o objetivo de resgatar e preservar a história do Ministério Público, legítimo patrimônio de seus Membros e Servidores.

O Projeto tem o propósito de reunir, ordenar e inventariar a documentação de cunho histórico do MPDFT, desde a sua criação. A implantação do projeto prevê o levantamento fotográfico e documental das instalações das circunscrições judiciárias e sedes, bem como dos Membros da instituição, com destaque para suas atuações, atividades acadêmicas, políticas e sociais relevantes e as funções exercidas em sua carreira no MPDFT.

O Conselho instituído para coordenar a estruturação da Memória do MPDFT é composto pelos Procuradores de Justiça aposentados Gilvan Correia de Queiroz, Arthur Sebastião Cesar da Silva, Marluce Aparecida Barbosa Lima e Paulo Tavares Lemos; pelos Procuradores de Justiça João Alberto Ramos, Suely da Rocha Fonseca, Zenaide Souto Martins e Amarílio Tadeu Freesz de Almeida; pela Promotora de Justiça aposentada Carmem Maria Martins Gomes, e pelos Promotores de Justiça: Consuelita Valadares Coelho, Laura Beatriz Alves Semerato Rito, Sandra Julião Bonfá, Wanderley Ferreira dos Santos, Cristina Rasia Montenegro e Rita de Cassia Mendes de Souza. O coordenador do Conselho é o Procurador de Justiça João Alberto Ramos.

## Ministério Público integra comissão do CDES para formular a Reforma da Previdência

O Ministério Público faz parte do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social instituído pelo Presidente da República. O presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça, Nedens Ulisses Freire Vieira, é convidado especial, além dos 82 representantes da sociedade na composição daquele Conselho.

Os temas serão discutidos em comissões

específicas, cujo trabalho será levado à apreciação de todo o Conselho de Desenvolvimento Econômico antes de serem encaminhados ao Presidente da República. A comissão formada para analisar a proposta da Reforma da Previdência, uma das prioridades do Governo, será integrada também pelo MP, representado pelo Subprocurador-Geral do Paraná, Lineu Walter Kirchner. Estão igualmente indicados para apre-

sentar subsídios ao trabalho do MP o Procurador-Geral de Justiça do MPDFT, José Eduardo Sabo Paes, a Procuradora-Geral do Ministério Público Militar, Marisa Terezinha Cauduro da Silva e o Procurador-Geral de Justiça de Pernambuco, Francisco Sales de Albuquerque, que estiveram presentes na solenidade de instalação do Conselho, dia 13 de fevereiro, no Palácio do Planalto.